

INTRODUÇÃO

A necessidade de superação da degradação ambiental urbana nas áreas centrais da Metrópole Paulista representa um grande desafio que vem preocupando as entidades públicas e civis, participantes do processo de gerenciamento do território, num quadro institucional marcado pelo processo de redemocratização pós-Constituinte de 1988, no qual está implícita a demanda por aperfeiçoamento da gestão democrática da cidade.

Partimos da hipótese de que a Metrópole Paulista passa por uma ampla adaptação aos novos processos econômicos e tecnológicos, por meio dos quais a cidade vem mudando seu perfil de metrópole industrial, consolidado entre 1930 e 1970, para metrópole terciária e quaternária (serviços especializados). Observamos uma expansão dos serviços em geral e, particularmente, dos serviços altamente especializados ligados à saúde, às finanças, ao consumo e à cultura. O que significa que o atual processo de requalificação dos espaços urbanos centrais se insere no contexto mais amplo da reconstrução da metrópole, atualmente marcado por exigências da “globalização” da economia, que vieram a interagir com outras pendências históricas, de ordem física e organizacional.

A dimensão dos problemas de degradação ambiental na metrópole paulistana é imensa e exige a interação entre as diferentes esferas de governo, na proposição e implementação de planos de reestruturação e reabilitação urbana. Planos estes que requerem uma perspectiva de longo prazo e continuidade de políticas públicas socialmente pactuadas. Essa, entretanto, não tem sido a característica das atuações governamentais, cujas ações vêm sendo marcadas por intervenções pontuais e desarticuladas entre si, não havendo subordinação a planos de longo prazo. Há pelo menos duas décadas, a cidade de São Paulo vinha aguardando pela definição de um plano diretor, por uma reestruturação político-administrativa que incluísse a implantação das Subprefeituras e dos Conselhos de Representantes, além de outras medidas que favoreçam a melhoria da qualidade da gestão municipal e metropolitana. Também se verifica uma ausência de planos urbanísticos específicos para coordenar as diferentes intervenções setoriais ou pontuais e que potencialize o processo de qualificação e requalificação urbana contido em discursos dos últimos gestores da cidade.

A valorização do patrimônio cultural arquitetônico do centro histórico de São Paulo e a

implantação de novos centros culturais vêm sendo uma marca registrada do esforço realizado pelas ações governamentais, especialmente no âmbito estadual e federal. Essas ações pontuais, entretanto, não vêm sendo complementadas por intervenções urbanísticas extensivas e integradas, envolvendo áreas urbanas delimitadas. Daí a importância de se investigar *quais seriam os outros instrumentos necessários* para, numa perspectiva de longo prazo, garantir uma maior otimização dos resultados desejados a partir de investimentos já realizados.

Consideramos oportuna a avaliação da experiência de intervenções urbanas ao longo de 30 anos, entre 1970 e 2000, nos âmbitos internacional, nacional e local, realizando um balanço crítico que possibilite visualizar quais seriam as perspectivas de avanços, possíveis e necessários, no processo de requalificação urbana das áreas centrais. Quais as proposições e estratégias fundamentais para a aceleração deste processo? A partir desta formulação inicial, fixamos alguns objetivos que nortearam nossas investigações.

O trabalho se desenvolve em três partes: Parte 1 – fundamentação conceitual, teórica e prática do urbanismo contemporâneo frente aos processos de renovação e requalificação de áreas centrais nas grandes cidades mundiais; Parte 2 – especificidades das práticas urbanísticas na cidade-metropolitana de São Paulo, tendo em vista a compreensão do atual quadro de requalificação das suas áreas centrais; Parte 3 – proposições, recomendações e ensaios projetuais, com o objetivo de visualizarmos perspectivas de estruturação e aceleração do processo de requalificação das áreas centrais de São Paulo.

A Parte 1 engloba o capítulo 1 – *Planos e Projetos : reconstruir e requalificar* – e trata dos aspectos teóricos e práticos da experiência do urbanismo contemporâneo em relação ao tema dos projetos urbanos relacionados aos processos de requalificação das cidades e suas áreas históricas. Examina os casos de algumas intervenções marcantes realizadas nas cidades de Barcelona, Boston, Baltimore, Nova York, Londres e Berlim.

Na parte 2, o capítulo 2 – *São Paulo e a requalificação de suas áreas centrais* – busca identificar a especificidade do processo de requalificação da cidade de São Paulo, identificando a existência de um processo mais amplo de atualização das estruturas ambientais urbanas

da cidade em sua dimensão metropolitana, do qual o processo de requalificação passa a fazer parte a partir de 1975. O capítulo 3 – *Planos e projetos: atuação do poder público* –, examina-se, em linhas básicas, os tipos de atuações dos gestores públicos, através do planejamento e das práticas urbanísticas entre 1965 e 2000. No capítulo 4 – *Novos instrumentos de ordenação territorial* –, o mais longo, examina-se o quadro recente e atual de institucionalização dos sistemas de planejamento e gestão, percorrendo os principais planos globais e setoriais produzidos no âmbito metropolitano e municipal. Observa-se que a atividade de planejamento urbano passou um longo período de desprestígio e vem se desenvolvendo dentro de um quadro institucional fragmentado e incompleto. A seguir, no capítulo 5 – *Renovação e Operações Urbanas* –, realizamos a revisão da prática da atuação do poder público municipal em relação ao desenho e redesenho urbanos anunciados inicialmente como projetos de renovação ou reurbanização quando da criação da Emurb – Empresa Municipal de Urbanização, em 1971, e que se transformaram em leis específicas de Operações Urbanas nos anos 90. E finalizamos essa parte do trabalho com o capítulo 6 – *Intervenções na área central de São Paulo, 1970-2000* –, que examina alguns aspectos relevantes dos processos de reestruturação e requalificação da *Área central de São Paulo*, objetivando um balanço crítico sobre as atuações do setor público.

Na parte 3, o capítulo 7 – *Proposições e recomendações* – traz a proposta de uma organização territorial e político-administrativa que sirva de base organizacional à institucionalização de um novo sistema de planejamento e gestão, metropolitano e municipal, que venha a facilitar a elaboração e implementação de programas e projetos urbanos, além da melhoria da gestão cotidiana. Propomos, ainda, a elaboração de um Plano Urbanístico Estratégico para a Área Central, que tem como estrutura básica três projetos urbanos indutores, ou estratégicos, de longo prazo. Com essas proposições, objetivamos destacar a importância de montagem de planos e projetos urbanísticos, com o aproveitamento de planos ou proposições resultantes do esforço coletivo de profissionais do urbanismo e da arquitetura urbana, tendo claro a necessidade de o poder público assumir um papel de protagonista nesse processo. Segue, nos Capítulos 8, 9 e 10, um conjunto de propostas para três projetos urbanos, que consideramos ausentes: Ensaio 1- Santa Ifigênia -Luz, Ensaio 2 – Praça da Bandeira e entorno, e Ensaio 3 – Parque D. Pedro II – Brás. Estes projetos, apenas delineados

em suas linhas básicas, levam em consideração as potencialidades dos projetos metropolitanos de transportes e têm como premissa a importância do *Desenho Urbano* como meio para tornar mais claro e participativo o processo de requalificação urbana na cidade-metropolitana de São Paulo, a partir de cada perímetro específico de atuação.

Nas Considerações Finais, tratamos de expor, de modo sintético, os aspectos relevantes que foram analisados e comentados ao longo do trabalho, especialmente referentes àquilo que consideramos fundamental para a superação dessa ausência de prática urbanística, ou seja, de *planos e projetos urbanísticos ausentes* na prática paulistana.

